

O LADO INCÓMODO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Helena Ferreira Santos Lopes

Obras académicas centradas em aspectos da China contemporânea não abundam em Portugal, muito menos obras da autoria de investigadores portugueses. *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen* de Raquel Vaz-Pinto é uma excepção a ter em conta. A autora é professora auxiliar e investigadora do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e tem estudado a relação entre a política e os direitos humanos e a religião. É em torno destes temas que se centra este livro, dedicado ao caso da República Popular da China (RPC). Publicado pouco depois do anúncio da atribuição do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo, *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen* não poderia ter surgido em altura mais apropriada. A autora pretende «dar a conhecer a evolução dos direitos humanos na China» a partir da abertura económica em finais dos anos 1970 (p. 33), tornando públicas «vozes dissonantes da melodia colectiva regida pelo PCC [Partido Comunista Chinês]» (p. 34).

Com um título idêntico ao de um artigo da autora publicado em 2009¹, *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen* expande algumas das ideias desse ensaio. Baseado em várias fontes primárias e secundárias, das quais se destacam traduções dos ensaios escritos pelos activistas focados no livro, documentos das Nações Unidas,

relatórios de organizações como a Amnistia Internacional, vários artigos publicados na imprensa, livros e artigos académicos, este é um trabalho que se debruça sobre uma das facetas mais referidas quando se discute a China nos media e na academia e uma das que reacções mais extremadas suscita. Como a autora observa na introdução do livro, «o futuro de um quinto da população mundial e as suas “opções” em matéria de direitos humanos e de democracia liberal terão, como em muitas outras áreas, consequências globais» (p. 43).

RAQUEL VAZ-PINTO

**A Grande Muralha
e o Legado
de Tiananmen.
A China e os
Direitos Humanos**

Lisboa,
Tinta-da-China,
2010, 239 páginas



Os cinco capítulos do livro são dedicados a algumas questões-chave em torno dos direitos humanos na China sendo a análise, em quatro dos cinco capítulos, feita a partir de estudos de caso específicos. No que toca a algumas personalidades, como Wei Jingsheng ou Liu Xiaobo, a autora analisa o conteúdo de alguns dos seus ensaios mais relevantes, do seu alcance e das consequências que se seguiram para os seus autores. Raquel Vaz-Pinto aborda também em cada capítulo não só assuntos relacionados com o tema específico do mesmo mas também outros que têm uma relevância geral e transversal a todo o debate em torno dos direitos humanos na RPC. Por exemplo, no primeiro capítulo é abordada a questão da compatibilidade da democracia com os ditos «valores asiáticos»; no capítulo dedicado à liberdade religiosa é referida a política do filho único; no capítulo sobre liberdade de expressão e de associação é focado o papel da internet e do sistema de registo residencial *hukou*; no capítulo sobre tortura e julgamento justo é feita referência a problemas do meio ambiente; e no capítulo sobre a pena de morte é feita uma reflexão em torno da questão da «ascensão da China» na comunidade internacional.

OS HERDEIROS DE WEI JINGSHENG

Sendo esta obra referente ao «legado de Tiananmen», o primeiro capítulo procura traçar as origens do activismo autóctone que culminou no massacre de 1989 e do qual a luta pelos direitos humanos na RPC do presente será descendente. Tal é feito através da figura de Wei Jingsheng e do chamado «Movimento do Muro da Demo-

cracia». Wei é certamente dos dissidentes chineses mais conhecidos internacionalmente e com uma história de vida digna de romance. Antigo guarda vermelho que se começou a questionar sobre a aplicabilidade das ideias radicais maoístas quando viajou pelo país durante a Revolução Cultural, Wei foi depois soldado e jardineiro até que, nos anos que se seguiram à morte de Mao Zedong e em que Deng Xiaoping pôs em marcha a «Reforma e Abertura», se tornou uma figura de proa do «Movimento do Muro da Democracia». Wei assinou o influente ensaio «A Quinta Modernização: a Democracia», em 1978, onde afirmava que sem essa «modernização» todas as outras (tecnologia, agricultura, indústria e defesa) seriam inúteis. Após criticar abertamente Deng Xiaoping e a sua abertura limitada do regime, Wei seria preso e condenado a quinze anos de prisão, sendo depois transferido para um *laogai* («campo de reforma através do trabalho»), onde continuou as suas críticas, antes, durante e depois das manifestações de Maio e Junho de 1989 que culminaram no massacre de Tiananmen. Após a sua libertação, foi novamente preso e condenado, acabando por ser conduzido ao exílio nos Estados Unidos na sequência de intensas pressões internacionais para a sua libertação.

O caso de Wei Jingsheng dá o mote para outros relatos do livro que apresentam vários paralelos com o seu percurso: activismo, prisão, julgamento em condições duvidosas, condenação e, em alguns casos, exílio nos Estados Unidos. É precisamente Liu Xiaobo que a autora considera «o “herdeiro” de Wei Jingsheng que melhor soube

articular o discurso crítico em relação ao PCC» (p. 128). Se Wei se notabilizou pelo apelo à «Quinta Modernização», Liu destacou-se por ter sido um dos redactores da Carta 08, documento online com centenas de signatários residentes na China que pede abertamente a democratização do regime. Tal como Wei, Liu foi detido, julgado e condenado por incitamento à subversão do Estado. A condenação de Liu foi noticiada na imprensa ocidental e se Wei havia sido agraciado com o Prémio Sakharov após a sua segunda detenção, Liu recebeu o Prémio PEN/Barbara Goldsmith Freedom to Write no mesmo ano em que foi preso, sendo depois o vencedor do Prémio Nobel da Paz. Figura de proa das manifestações de Tiananmen em 1989, Han Dongfang é o nome escolhido para ilustrar a luta pela liberdade de associação. Também um veterano de Tiananmen, foi preso e no cárcere a sua saúde foi duramente afectada. Dado o reconhecimento internacional que o seu caso alcançou, foi levado para os Estados Unidos para receber tratamento médico, mas recusou asilo, preferindo voltar à China. Novamente preso, foi levado para Hong Kong onde, em 1994, criou a China Labour Bulletin que, juntamente com o seu programa na Radio Free Asia, expõe problemas enfrentados pelos trabalhadores na RPC e presta apoio jurídico aos trabalhadores em conflitos laborais. Escreve Raquel Vaz-Pinto:

«É pela sua defesa das condições laborais que o apelidam de “Lech Walesa chinês”. E há quem defenda que chamar a atenção para a falta de condições laborais e para o número crescente de

acidentes de trabalho constitui uma estratégia muito mais subversiva do que atacar frontalmente o monopólio do poder do PCC» (p. 145).

Quanto a Gao Zhisheng, uma das figuras destacadas no quarto capítulo (dedicado à tortura e julgamento justo), depois de soldado, tornou-se um advogado reputado que caiu em desgraça quando começou a aceitar defender casos como os de vítimas de despejos forçados ou de praticantes do movimento proibido Falun Gong. Na sequência de quatro cartas abertas à Assembleia Nacional, ao Presidente Hu Jintao e ao primeiro-ministro Wen Jiabao escritas em 2004 e 2005, Gao viu revogada a sua licença para exercer advocacia e, em 2006, foi preso e condenado por «incitamento à subversão do Estado». A pena foi suspensa «devido ao reconhecimento internacional de que já era alvo» (p. 164), voltando a ser detido em 2007 e 2009, sendo o seu paradeiro desconhecido desde 2010, quando deu entrevistas. É possível que Gao Zhisheng venha a repetir as pisadas de exílio nos Estados Unidos de Wei Jinhsheng, o caminho que a sua família seguiu.

Também apresentando paralelos com Wei Jingsheng encontra-se Hu Jia, a quem foi atribuído o Prémio Sakharov em 2008. Hu, activista ligado a questões do meio ambiente e da sida, é autor de numerosos artigos de que Raquel Vaz-Pinto destaca dois, de 2007, nos quais Hu «questiona seriamente a associação entre direitos humanos e a realização dos Jogos Olímpicos na China» (p. 171). Tal como outros activistas referidos acima, Hu foi condenado a prisão por incitar à subversão do Estado.

RELIGIÃO E PENA DE MORTE

A questão da liberdade religiosa na RPC é abordada no segundo capítulo da obra. Pese embora a autora destaque no título deste capítulo as figuras de Gendun Chopkyi Nyima, o Panchen Lama, e de Su Zhimin, bispo de Baoding, o foco é mais abrangente, aludindo brevemente ao papel da religião em acontecimentos históricos de relevo na história da China, como a revolta dos Taipings (1850-1864) e fazendo referência, além do budismo e do cristianismo, ao islão. No contexto do budismo, é destacado o tibetano e referida a complexa situação política associada ao Tibete. Quanto ao islão na China, a autora não se debruça sobre os Hui, a minoria muçulmana sinizada mas sim sobre os uigures da província de Xinjiang, dando realce à líder da resistência uigure à autoridade chinesa, Rebiya Kadeer. Em relação ao cristianismo, a autora opta por analisar a situação dos católicos, defendendo que «o catolicismo coloca desafios especiais a Pequim» (p. 104) e explanando que

«há três temas importantes para uma compreensão abrangente da questão do catolicismo na China: as memórias históricas do século XIX e a associação entre o cristianismo e o mundo ocidental desenvolvido; fontes de lealdade e autonomia e a questão do “domínio estrangeiro”; e a legitimidade da liderança do PCC» (p. 104).

Talvez tivesse sido uma boa opção não isolar o catolicismo, sendo que também o protestantismo está associado à abertura imposta do século XIX «de humilhação

estrangeira» ou não fosse a grande potência da época, a Grã-Bretanha, protestante tal como muitos dos missionários que se estabeleceram no país, alguns dos quais se tornaram célebres sinólogos como Robert Morrison, Walter Medhurst ou James Legge.

Raquel Vaz-Pinto faz uma exposição clara e elucidativa dos problemas inerentes à existência de duas estruturas religiosas cristãs: patrióticas e clandestinas, enumerando vários casos de vítimas de perseguições. A autora reflecte também no possível contributo da Igreja Católica para «minar moralmente o comunismo» na sequência do que aconteceu na Polónia sob jugo soviético com o Papa João Paulo II, aludindo a um possível laço entre o consolo da religião e os habitantes das zonas rurais à margem do progresso económico onde a maioria dos católicos se concentra.


O capítulo dedicado à pena de morte é mais abrangente na sua exposição e o mais solidamente alicerçado, sendo um tópico que a autora investiga desde a sua tese de doutoramento. Sendo o único que não revolve em torno de uma ou mais figuras, este capítulo traça a evolução da abolição da pena de morte no mundo e do debate em redor da questão, sendo depois referido o estado da pena de morte na RPC, «o país do mundo onde ocorre o maior número de execuções» (p. 193) apesar de as regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, anteriormente sob administração britânica e portuguesa, respectivamente, serem abolicionistas. O caso de Taiwan, onde a pena de morte ainda é aplicada, teria também sido interessante de usar como termo de comparação.

Na sua exposição sobre a pena de morte na RPC a autora concentra-se em dois assuntos concretos – a abrangência da natureza dos crimes considerados capitais e a questão do transplante de órgãos dos prisioneiros que são executados. Reflete depois na posição da China no seio da comunidade internacional e nas possíveis consequências que as suas posições face aos direitos humanos (advogando a defesa aos económicos, sociais e culturais em detrimento dos civis e políticos) possam ter à medida que o papel da China vai sendo mais relevante internacionalmente. Para a autora, a pena de morte é instrumentalizada pelo PCC para «controlar as ameaças e o desafio ao seu monopólio do poder político» (p. 215), usando esta condenação para punir casos de corrupção e outros crimes económicos.

CONCLUSÃO

Não pretendendo ser um estudo exaustivo, a obra de Raquel Vaz-Pinto é um trabalho conciso e fluido que traça um panorama geral de algumas questões problemáticas referentes aos direitos humanos na China e ao eco que têm no Ocidente e na política internacional. Não se espere deste livro um estudo desapaixonado e distante – a autora tem claramente um ponto de vista

concreto quanto aos temas que aborda e por vezes a sua análise tem em conta apenas um dos lados da questão (por exemplo, a questão da política do filho único é mais complexa que a completa «tragédia» que a autora descreve²). A autora poderia também ter optado por referir mais concretamente o caso da República da China em Taiwan como termo de comparação, já que se trata de um caso bem-sucedido de um processo de democratização numa sociedade chinesa por um regime também ele de matriz leninista (o Guomindang) e onde actualmente questões sobre liberdade de expressão e pena de morte são motivo de aceso debate interno. Outra observação prende-se com a ausência de uma bibliografia geral, que seria certamente útil como complemento às notas que surgem no final de cada capítulo.

No conjunto, *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen* é um ótimo ponto de partida para obter uma perspectiva sobre várias questões relacionadas com o estado dos direitos civis e políticos na RPC e para conhecer algumas das figuras de maior relevo que agem activamente para que esses sejam respeitados. Em suma, este é o livro a ler em Portugal se se quer saber do que se fala quando se fala de direitos humanos na China. 

NOTAS

¹ VAZ-PINTO, Raquel – «A Grande Muralha e o legado de Tiananmen». In *Relações Internacionais*. N.º 23, Setembro de 2009, pp. 93-100.

² A propósito, veja-se, por exemplo, o artigo de HONG, Zhang – «From resisting to “embrancing?” the one-child rule: understanding new fertility trends in a

Central China village». In *The China Quarterly*. Vol. 192, Dezembro de 2007, pp. 855-875.